



# INPC de janeiro sobe 0,39% e acumula alta de 4,3% em 12 meses

## 2025: indústria cresce mais que a média do Brasil em sete estados

Página 4

## Governo Federal reajusta repasse da merenda escolar em 14,3% para 2026

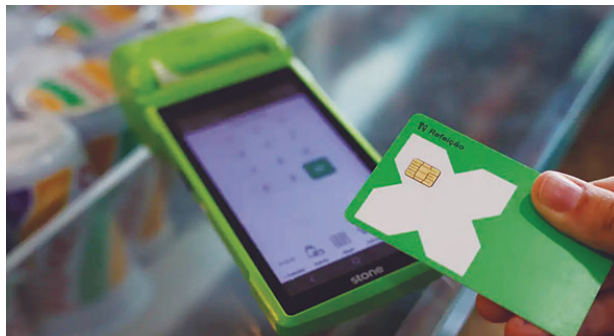
Página 6

### Centro de Integração da Cidadania na Grande SP faz feirão de empregos com cerca de 100 vagas

A Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC), por meio do Centro de Integração da Cidadania (CIC) Ferraz de Vasconcelos, promove um mutirão de emprego com oferta de cerca de 100 vagas para diversos cargos nesta quarta-feira (11), em Ferraz de Vasconcelos, na região metropolitana de São Paulo. A ação tem parceria da Empresa Ferraz PAT e das empresas Trivia Treins S/A, Supermercado Paraná, Semar Supermercados e a Associação Comercial e Industrial de Ferraz de Vasconcelos.

Os interessados devem comparecer com currículo atualizado, RG, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho (física ou digital). (Governo de SP)

## Novas regras para vales-alimentação e refeição entram em vigor



Página 3

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,39% em janeiro, após ter marcado 0,21% em dezembro. Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,3% nos últimos 12 meses, superando o acumulado até dezembro (3,9%).

Os dados foram divulgados na terça-feira (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os pesquisadores apuram que, no mês passado, a inflação dos produtos alimentícios caiu pela metade quando comparada com a de dezembro, passando de 0,28% para 0,14%.

Os itens não alimentícios

saltaram de 0,19% em dezembro indo para 0,47% em janeiro.

O INPC apura o custo de vida para famílias que recebem de um a cinco salários-mínimos. Atualmente, o mínimo é de R\$ 1.621.

O indicador difere do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial, que mede a variação dos preços de uma cesta de consumo das famílias que têm renda até 40 salários-mínimos. O IPCA de janeiro ficou em 0,33%, somando 4,44% em 12 meses.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. Página 3

## Prefeitura de SP reforça combate ao trabalho infantil e à exploração no Carnaval 2026

Página 2

## Ferramenta promove educação financeira a famílias no CadÚnico

Página 3

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,20  
Venda: 5,20

Turismo  
Compra: 5,22  
Venda: 5,40

### EURO

Compra: 6,18  
Venda: 6,18

## Esporte

# AKSP Interlagos Trophy disputa 1ª etapa na quinta-feira

Entrando em sua oitava temporada consecutiva, o campeonato de Rental Kart AKSP Interlagos Trophy disputará a sua 1ª de dez etapas na quinta-feira (12), no tradicional Kartódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo (SP), com provas a partir das 21 horas.

O GP Cerveja Paulistânia terá a participação dos atuais campeões, com alguns deles promovidos para categorias superiores. Lucimara Ido (Mulheres em Ação), Valdo Gregório (Sênior), Allan Félix (Elite), Arthur Filipe (Light), Giovanni Guimarães (Graduados), os dois últimos em nova categoria, vão atrás de novos títulos.

O campeonato terá cinco categorias: Light, Graduados,

Elite, Sênior e Mulheres em Ação, e será disputado em apenas um turno, com pontos corridos e dois descartes. Não poderá ser descartada a etapa final do campeonato. A partir da 6ª etapa todas as pontuações desportivas terão peso 1,5 em relação aos pontos das 5 etapas iniciais.

O vencedor de cada categoria, obrigatoriamente deverá participar da etapa seguinte levando o Lastro do Sucesso, que é a adição de 5 quilos a mais. Caso seja o mesmo vencedor na etapa seguinte, na etapa posterior deverá levar 10 quilos de Lastro do Sucesso. Caso o piloto persista vencendo, ele continuará levando os mesmos 10 quilos do Lastro do Sucesso. Na primeira prova que o piloto que carrega o Lastro do

Sucesso deixar de vencer, deixará de carregar este lastro adicional na etapa seguinte.

As categorias Graduados e Elite correrão juntas, mas os pilotos terão pódios e pontuações separadas. Os seis primeiros do ano anterior na categoria Graduados, obrigatoriamente sobem para a categoria Elite em 2026.

Os 10 primeiros da tomada de tempos da bateria dos Graduados e Elite terão suas posições de largada invertidas, com o mais rápido largando da 10ª posição, e o 10º largando da pole position.

Após a primeira volta completa da bateria dos Graduados e Elite, a qualquer momento o piloto terá que fazer uma joker lap, que poderá ser mais curta ou longa do que o traçado utilizado. O pi-



Os novos karts de Interlagos estão proporcionando várias disputas

loto não poderá fazer a joker lap na última volta da corrida.

A modalidade Mulheres em Ação, para pilotos do sexo feminino, sem ou com pouca experiência. As atuais campeãs e vice-

campeãs da sub-classe Novatas, obrigatoriamente subirão para a sub-classe Graduadas.

A categoria Sênior abriga pilotos com mais de 40 anos completos. Já a Light recebe pilotos

sem ou com pouca experiência. Os seis primeiros da Light em 2025, obrigatoriamente foram promovidos para a categoria Graduados nesta temporada.

Confira o calendário do AKSP Interlagos Trophy:

1ª 12 de fevereiro – 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 2ª 12 de março – 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 3ª 16 de abril – 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 4ª 21 de maio – 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 5ª 18 de junho – 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 6ª 16 de julho – 20h30/21h/21h30/22h/22h30; 7ª 13 de agosto – 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 8ª 10 de setembro – 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 9ª 8 de outubro – 20h/20h30/21h30/22h/22h30; 10ª 17 de dezembro – 20h30/21h/21h30/22h/22h30.

# Rio Open anuncia últimos convites e garante mais três brasileiros no torneio

A organização do Rio Open apresentado pela Claro anunciou os últimos convites das chaves de simples do torneio, que acontece entre os dias 14 e 22 de fevereiro, no Jockey Club Brasileiro. Thiago Wild recebeu o terceiro convite para a chave principal, enquanto Thiago Monteiro e Gustavo Heide completam o line-up do qualifying.

Wild, velho conhecido das quadras do Jockey e atual número 2 do Brasil, está garantido na chave principal e se junta aos compatriotas João Fonseca e João Lucas Reis na busca por um título para o país. O paranaense de 25 anos disputará o Rio Open pela sétima vez e tem como melhor resultado as quartas

de final em 2024. Um dos momentos mais marcantes da história do torneio também leva sua assinatura: a vitória sobre Alejandro Davidovich Fokina, em 2020, na partida mais longa já disputada no evento.

“Muito feliz de mais um ano poder jogar o Rio Open, meu torneio favorito, é uma emoção única. Depois do momento que passei ano passado, uma temporada muito complicada, eu queria deixar meu agradecimento ao Luiz Carvalho, ao Thomaz Costa, ao Ricardo Acioly, à toda a equipe do Rio Open que sempre acreditou em mim, sempre me apoiou. Vai ser uma semana especial pra mim e vou dar meu máximo pelo torneio”, falou Thiago Wild.

No qualifying, o Brasil terá

mais dois representantes em busca de uma das quatro vagas finais na chave principal. Além de Guto Miguel, primeiro wildcard da fase classificatória, Thiago Monteiro e Gustavo Heide também receberam convites para o qualifying, que será disputado nos dias 14 e 15 de fevereiro.

Monteiro é o brasileiro com mais jogos e vitórias em simples na história do Rio Open. Aos 31 anos, o canhoto disputará o torneio pela 11ª vez, justamente onde iniciou uma trajetória marcante no circuito. Em 2016, protagonizou uma de suas maiores vitórias ao eliminar o francês Jo-Wilfried Tsonga, então número 9 do mundo. Em 2024, voltou às quartas de final, repetindo a campanha de 2017, quando venceu Dominic Thiem.

“Fico muito feliz com a chance de jogar mais um Rio Open. É um torneio especial para mim, ainda mais agora, depois de um período de recuperação de lesões. Jogar em casa, perto da família e dos amigos, em um evento que marcou a minha carreira, que foi uma virada de chave, é sempre especial. Vou focar no jogo e buscar um bom resultado. Passar o qualificação mentalmente tá dá mais confiança para começar bem a chave”, afirmou Monteiro.

Já Heide vai para sua quarta participação no Rio Open. Aos 23 anos, o paulista ocupa atualmente a 253ª posição do ranking da ATP e esteve no qualifying do Australian Open em janeiro. Em alta na reta final de 2025, ele conquistou o

título do Challenger de Florianópolis após se recuperar de uma lesão nas costas.

“É sempre muito especial jogar o Rio Open, um torneio incrível e jogar no Brasil, na cidade que eu moro, deixa isso ainda melhor! Podendo jogar em casa faz muita diferença, ainda mais que venho me sentindo super bem em quadra. Sem dúvida estou muito motivado e espero que seja uma grande semana para mim, que eu tenha bons resultados e consiga apresentar um bom nível de ténis. Assim tenho certeza que conseguirei avançar cada vez mais no torneio”, comentou Heide.

“A definição dos wild cards sempre leva em conta uma combinação de fatores, e o ranking acaba sendo um termômetro im-

portante nesse processo. Buscamos jogadores que estejam em um momento competitivo, com histórico no circuito e condições reais de brigar por bons resultados no torneio. Nunca é uma decisão fácil, porque há muitos atletas merecedores, mas precisamos fazer escolhas técnicas pensando no nível da competição e no bem que vai fazer aos jogadores”, explicou Luiz Carvalho, diretor do Rio Open.

O resgate gratuito de ingressos para o qualifying começa no dia 10 de fevereiro, às 11h, pelo site eventim.com.br/rioopenqualifying. Os ingressos são gratuitos, limitados e sujeitos à disponibilidade, com limite de duas entradas por CPF, por dia.

# Prefeitura reforça combate ao trabalho infantil e à exploração no Carnaval 2026

Nesta quinta-feira (12), a Prefeitura de São Paulo promove mais uma edição do Grito de Carnaval, ação de enfrentamento ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A mobilização acontece no Centro Histórico, a partir das 10h, com bloco de rua, apresentações culturais e ritmistas, reforçando a importância da denúncia pelos canais 156 e Disque 100.

Com o tema "Diga não ao trabalho infantil e à exploração sexual", o Grito de Carnaval marca o ponto alto da campanha anual Proteja o Futuro, reconhecida por sua relevância na promoção e defesa dos direitos da infância e

adolescência. A iniciativa transforma a folia em espaço de conscientização e engajamento, fortalecendo o papel da sociedade na proteção de crianças e adolescentes.

Ao longo do mês de fevereiro, a campanha promove atividades lúdicas e educativas sobre o direito à infância protegida, envolvendo crianças e adolescentes atendidos pela rede socioassistencial, além das comunidades do entorno dos serviços. A mobilização conta com a participação de usuários dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), Centros da Juventude (CJs), Ciclos Sociais, Centros de Convi-

vência Intergeracionais (CCIN-TERs) e Vilas Reencontro.

Como parte da campanha Proteja o Futuro, as equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) intensificam as ações preventivas de identificação e proteção nos principais pontos de concentração de blocos e eventos carnavalescos. O

trabalho busca identificar situações de trabalho infantil, exploração sexual e outras violações de direitos, com encaminhamento imediato à rede de proteção sempre que necessário.

Durante o Carnaval de 2025, as equipes do SEAS realizaram mais de 2.300 abordagens junto a crianças e adolescentes de 0 a

18 anos, reforçando a atuação permanente do município na garantia de direitos durante o período festivo.

Ação é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMA-DS), Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI) e pela Comissão Muni-

cipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA).

O Grito de Carnaval também conta com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e do Novo Anhangabaú. (Prefeitura de SP)

## Fevereiro começa com repasse de R\$ 925,9 mi em ICMS para cidades paulistas

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita, na terça-feira (10), R\$ 925,93 milhões na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o primeiro repasse do mês, arrecado de 2 a 6 de fevereiro, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ao longo deste segundo mês de 2026, a Sefaz-SP prevê realizar quatro repasses semanais totalizando mais de R\$ 3,79 bilhões em ICMS para as cidades. Em janeiro, cinco repasses somaram R\$ 3,84 bilhões aos cofres municipais.

Durante o ano de 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses

semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 47,43 bilhões do ICMS. Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

### Repasses de ICMS

Os repasses semanais são feitos

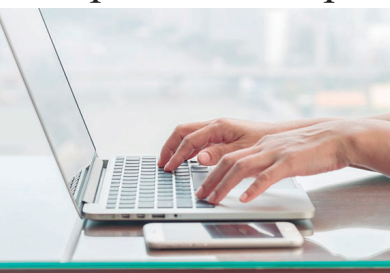


Foto: Governo de SP

**Durante o ano de 2025, o Governo Estadual realizou 53 repasses semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 47,43 bilhões do ICMS**

sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

### Agenda Tributária

Os valores semanais transfe-

está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

### Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são atualizados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)



### CÂMARA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com vereadores e vereadoras. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### PREFEITURA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Nunes, o vice Mello e secretariado. Só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com deputados e deputadas. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### GOVERNO (São Paulo)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Tarcísio, o vice Ramuth e secretariado. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### CONGRESSO (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com senadores(as) e deputados(as). É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com Lula, o vice Alckmin e ministros(as). É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### PARTIDOS (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com dirigentes e filiados nas legendas. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### JUSTIÇAS (Brasil)

Esta coluna de política não generaliza, pra não ser injusta com os julgadores e uma julgadora no Supremo. É que só o Caráter e as Éticas do Cristo traão Justiça Eterna em Seu Governo Perfeito

### ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP)... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós. Limpai as mãos, pecadores; e, vós de duplo ânimo, purificai o coração". Tiago 4:8

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal  
Atas, Balanços e  
Convocações  
Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress  
Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

## Governo sanciona lei que autoriza fornecimento de protetores auriculares para estudantes com autismo na rede estadual

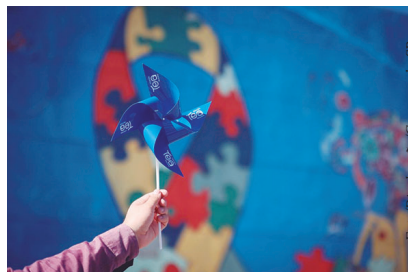


Foto: Divulgação/Governo de SP

A iniciativa tem como objetivo reduzir a hipersensibilidade sonora, promover o bem-estar e favorecer o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes com autismo

O Governo do Estado de São Paulo sancionou na terça-feira (10) a Lei nº 18.398/2026, que autoriza o fornecimento de protetores auriculares para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na Rede Estadual de Ensino. A iniciativa tem como objetivo reduzir a hipersensibilidade sonora, promover o bem-estar e favorecer o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes com autismo.

A legislação permite a disponibilização dos protetores auriculares como recurso de tecnologia assistiva, adequados à redução de estímulos auditivos, contribuindo para a permanência, a participação e o desenvolvimento dos estudantes no ambiente escolar. O texto também autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias com instituições especializadas, organizações da sociedade civil e empresas privadas para viabilizar a aquisição e a distribuição dos equipamentos.

"A sanção da lei amplia a inclusão na rede estadual e oferece um recurso essencial para alunos com autismo. Garantir condições de aprendizagem passa por olhar para as necessidades específicas de cada um dos nossos estudantes. Esse é o pensamento que norteia ações como o programa Olhar o Futuro, que já iniciou a distribuição de óculos para milhares de estudantes, corrigindo dificuldades visuais que impactam diretamente o desempenho escolar", afirma o secretário de Educação, Renato Feder.

Para o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa, a sanção da lei representa mais um avanço na construção de uma educação pública verdadeiramente inclusiva. "A iniciativa reforça o compromisso do Estado de São Paulo com uma educação inclusiva, baseada na acessibilidade e no uso de tecnologia assistiva. Para estudantes com autismo, o excesso de estímulos sonoros pode comprometer o bem-estar e a aprendizagem. Ao autorizar o fornecimento de protetores auriculares, ampliamos as condições para que esses alunos participem plenamente da rotina escolar, com mais autonomia, conforto e dignidade", afirma.

O governador vetou parcialmente o projeto, excluindo dois dispositivos. O artigo 2º, que estabelece regras operacionais como a exigência de laudo médico e critérios de execução, foi vetado por invadir competência do Poder Executivo, responsável por definir a forma de implementação das políticas públicas. Já o artigo 5º, que tratava de dotações orçamentárias, foi vetado porque a execução da medida não implicaria a criação de novas despesas.

Segundo o entendimento do Executivo, o fornecimento dos protetores auriculares poderá ser realizado com recursos e normas já existentes, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE Paulista), que contempla a aquisição de recursos de tecnologia assistiva para

estudantes.

A lei entrou em vigor na terça-feira (10).

A sanção da nova lei integra um conjunto amplo de políticas públicas do Governo de São Paulo voltadas à garantia de direitos, inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Entre as principais iniciativas está a inauguração do Centro TEA Paulista, em junho de 2025, que em pouco mais de sete meses fez mais de 5 mil atendimentos e se tornou referência no atendimento, orientação e apoio às pessoas autistas e suas famílias, com foco no acolhimento, na informação qualificada e na articulação de políticas públicas.

Outra ação estruturante é a ampliação do teleatendimento do Centro TEA Paulista, em janeiro. O serviço passará a funcionar também no período noturno e durante a madrugada, além de operar 24

horas por dia aos finais de semana e feriados, garantindo suporte contínuo às pessoas autistas, seus familiares e cuidadores.

O governo do Estado também sancionou uma lei que assegura a realização de, no mínimo, uma sessão de cinema por mês adaptada ao público autista, com adequações como redução de estímulos sonoros e luminosos, promovendo o acesso à cultura, ao lazer e à convivência social.

Somam-se a essas ações a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIP-TEA), a certificação de profissionais das áreas da educação e dos serviços públicos, campanhas permanentes de conscientização e outras medidas que reafirmam o compromisso do Estado de São Paulo com a promoção da cidadania, da autonomia e da inclusão das pessoas com deficiência. (Governo de SP)

## Rodízio de veículos estará suspenso durante o Carnaval 2026

A Prefeitura de São Paulo irá suspender o rodízio municipal de veículos para os carros na segunda (16), terça (17) e quarta-feira (18), em razão do período de Carnaval. O rodízio para caminhões continuará valendo normalmente todos os dias, assim como a Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões (ZMRC). Já a Zona de Máxima Restrição a Fretados (ZMRF) estará liberada nos dias 16 e 17.

Ainda na terça-feira (17), estará liberada a circulação de veículos pelos corredores e faixas exclusivas de ônibus. A Zona Azul também estará liberada neste dia, com exceção da Zona Azul especial como a existente em parques e nas regiões

do Estádio do Pacaembu e Mercado Municipal.

O Programa Ruas Abertas na Avenida Paulista estará suspenso no domingo (15) e terça-feira (17), por conta da passagem dos blocos de rua nas vias, assim como as Ciclofaixas de Lazer, que não serão ativadas nestes dias. A circulação de veículos no Elevado Presidente João Goulart (Minhocão) estará liberada na segunda (16) e quarta-feira (18). No sábado (14), domingo (15) e terça-feira (17), o local funcionará como parque para os pedestres.

Para mais informações de trânsito, ocorrências, reclamações, remoções e sugestões, ligue SP156. (Prefeitura de SP)



# INPC de janeiro sobe 0,39% e acumula alta de 4,3% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,39% em janeiro, após ter marcado 0,21% em dezembro. Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,3% nos últimos 12 meses, superando o acumulado até dezembro (3,9%).

Os dados foram divulgados na terça-feira (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os pesquisadores apuraram que, no mês passado, a inflação dos produtos alimentícios caiu pela metade quando comparada com a de dezembro, passando de 0,28% para 0,14%.

Os itens não alimentícios saltaram de 0,19% em dezembro indo

para 0,47% em janeiro.

O INPC apura o custo de vida para famílias que recebem de um a cinco salários-mínimos. Atualmente, o mínimo é de R\$ 1.621.

O indicador difere do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial, que mede a variação dos preços de uma cesta de consumo das famílias que têm renda até 40 salários-mínimos. O IPCA de janeiro ficou em 0,33%, somando 4,44% em 12 meses.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam cerca de 25% do índice, mais que no

IPCA (aproximadamente 21%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, por exemplo, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A pesquisa também é feita em Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luis e Aracaju.

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado

para cálculo do reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário-mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário-mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

O IBGE sustenta que a apuração do INPC "tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento". (Agência Brasil)

## Ferramenta promove educação financeira a famílias no CadÚnico

Pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) podem utilizar uma ferramenta educativa que utiliza a linguagem do futebol para promover educação financeira.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, o jogo Bate-Bola Financeiro pode ser acessado gratuitamente pelo celular ou pelo computador, por meio do endereço do programa. Embora o foco sejam famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico, qualquer pessoa pode acessar o jogo. (Agência Brasil)

da corretamente, o time avança em campo até marcar o gol. Em caso de erro, o jogador tem novas chances de aprender e seguir na partida. As fases são divididas em níveis fácil, médio e difícil, permitindo uma aprendizagem gradual", detalhou a pasta em comunicado.

O Bate-Bola Financeiro pode ser acessado gratuitamente pelo celular ou pelo computador, por meio do endereço do programa. Embora o foco sejam famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico, qualquer pessoa pode acessar o jogo. (Agência Brasil)

## Novas regras para vales-alimentação e refeição entram em vigor

As novas regras do sistema de vale-alimentação e vale-refeição entram em vigor na terça-feira (10). Em novembro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que altera o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) com o objetivo de ampliar a transparência, a concorrência e a integridade no setor.

Agora, a taxa de desconto (MDR) cobrada dos supermercados e restaurantes, pelas operadoras, não pode ultrapassar 3,6%. A tarifa de intercâmbio tem teto de 2%, sendo vedada qualquer cobrança adicional.

Além disso, o repasse do dinheiro aos estabelecimentos deve ocorrer em até 15 dias corridos após a transação. Até então, restaurantes e similares recebiam os valores 30 dias após as transações.

Já estavam em vigor, com a

assinatura do decreto, as regras de proteção, com a proibição de práticas comerciais abusivas, como descontos, benefícios indiretos, prazos incompatíveis com repasses pré-pagos e vantagens financeiras não relacionadas à alimentação.

A nova regulamentação do PAT já foi questionada na Justiça pelas maiores empresas de vale-alimentação e refeição do país, que obtiveram liminares suspendendo fiscalização ou aplicação de punições. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), "por ora, elas estão protegidas de sanções por descumprimento das regras de taxas e prazos, mas não estão dispensadas das demais obrigações do decreto e do PAT".

"É fundamental que todas as empresas ajustem suas operações para estar em conformidade com o novo normativo, inclusive aquelas

que possuem liminar.

As liminares não suspendem a vigência do decreto como um todo, nem estendem seus efeitos a outras empresas. O decreto está em pleno vigor e deve ser integralmente cumprido. A obrigatoriedade de observância das novas regras, com o teto de taxas e os prazos de liquidação, é imediata para todo o mercado, segundo a pasta.

As mudanças no programa beneficiam mais de 22 milhões de trabalhadores, que terão maior liberdade de escolha e melhor aceitação dos cartões. O decreto também traz equilíbrio para empresas e estabelecimentos, garantindo que os recursos sejam usados exclusivamente para alimentação.

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do MTE e vai completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327

mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país.

### Próximas mudanças

Outra mudança entra em vigor a partir de 10 de maio, com a transição do sistema atual, em que o cartão de vale-alimentação ou vale-refeição só pode ser utilizado em estabelecimentos credenciados por uma única operadora, para um novo arranjo, no qual o benefício poderá ser aceito em diferentes maquininhas e estabelecimentos, independentemente da empresa emissora ou da bandeira.

Em novembro, 360 dias após a assinatura do decreto, está prevista a interoperabilidade plena do sistema, quando qualquer cartão PAT deverá ser aceito em qualquer maquininha de pagamento no Brasil. (Agência Brasil)

## Brasil capta US\$ 4,5 bi em títulos no mercado internacional

O Tesouro Nacional anunciou na segunda-feira (9) o resultado da primeira emissão de títulos soberanos no mercado internacional em 2026.

A operação, realizada nos Estados Unidos, movimentou US\$ 4,5 bilhões, com a emissão de um novo título de dez anos – o Global 2036 – e a reabertura do título Global 2056, de 30 anos de prazo.

Com vencimento em 22 de maio de 2036, o Global 2036, foi emitido no valor de US\$ 3,5 bilhões, volume recorde para papéis de dez anos do Tesouro Nacional, com juros de 6,4% ao ano, ou seja, pagando 6,4% ao ano aos investidores. Além disso, há um cupom de 6,25% ao ano a ser pago semestralmente, em maio e em novembro.

O título teve um spread 220 pontos-base (2,2 pontos percentuais) acima do título do Tesouro dos Estados Unidos. Tanto os juros como o spread funcionam como medida de risco dos papéis brasileiros no exterior. Quando mais baixo, menor as chances de o país dar calote na dívida pública externa.

Os juros foram maiores que na emissão anterior de títulos de dez anos, realizada em novembro. Na ocasião, o Tesouro ofereceu juros de 6,2% ao ano. Em relação ao spread, a diferença também foi maior que os 210,9 pontos (2,109 pontos percentuais) registrada em novembro.

### Global 2056

Em relação ao papel de 30 anos, o Brasil captou US\$ 1 bilhão com vencimento em 12 de janeiro de 2056. O papel pagará

juros de 7,3% ao ano, cupom de 7,25% ao ano e spread de 245 pontos-base (2,45 pontos percentuais) sobre os papéis de 30 anos do Tesouro estadunidense.

Segundo o Tesouro, o spread foi o mais baixo para um título brasileiro de 30 anos no mercado internacional desde julho de 2014 (187,5 pontos-base). Na comparação com a emissão anterior do Global 2056, ocorrida em setembro do ano passado, tanto os juros como o spread caíram. Na ocasião, o Tesouro conseguiu juros de 7,5% ao ano e spread de 252,7 pontos.

### Demandas

Segundo o Tesouro Nacional, a operação teve demanda 2,7 vezes superior ao volume ofertado, com o livro de ordens (que mede o interesse dos investidores) atingindo aproximadamente US\$ 12 bilhões. Em relação ao Global 2036, o total captado foi o maior para títulos internacionais de dez anos desde o início das emissões no exterior pelo governo brasileiro.

"Os resultados com alta demanda, alto volume e spreads baixos evidenciam a confiança dos investidores na robustez e atratividade da dívida soberana brasileira, refletindo a percepção favorável do mercado internacional quanto à credibilidade do país", destacou o Tesouro em nota.

A operação foi coordenada pelos bancos HSBC, JP Morgan, Santander e Sumitomo. Os US\$ 4,5 bilhões captados nesta segunda serão incorporados às reservas internacionais do Brasil em 19 de fevereiro. (Agência Brasil)

## B3 lança índice de letras financeiras emitidas por grandes bancos do país

A Bolsa de Valores brasileira, a B3, lançou na terça-feira (10) o primeiro índice dedicado ao mercado de letras financeiras, títulos de renda fixa emitidos por bancos.

O novo indicador, de ticker ILFSI, servirá de referência para avaliar e comparar o desempenho da classe de ativos.

"O índice passa a atuar como referência para uma categoria importante dentro do universo de crédito bancário, oferecendo ao mercado uma métrica para acompanhar títulos DI [Depósito Interbancário] mais o spread emitido pelos maiores bancos do país", diz Hênio Scheidt, gerente de produtos na B3.

As letras financeiras são títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras. A finalidade é captar recursos de longo prazo para financiar projetos e oferecer, em contrapartida, rentabilidades mais atrativas aos investidores por conta do tempo do contrato e da impossibilidade de resgate antecipado.

É um investimento que não é coberto pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e que tem incidência de Imposto de Renda sobre os rendimentos.

O lançamento do ILFSI inaugura um "termômetro específico para instrumentos de captação bancária", diz a B3. O índice se

soma a um conjunto de outros 11 indicadores de renda fixa da Bolsa, que vão desde títulos públicos até debêntures para crédito privado.

Quanto à metodologia, o índice vai considerar tanto a variação de preços quanto os rendimentos gerados pelos ativos ao longo do tempo. A carteira teórica terá prazo médio superior a 720 dias e será rebalanceada mensalmente para reproduzir a quantidade de títulos em estoque.

Para fazer parte da carteira, os títulos devem ser emitidos por instituições do segmento S1 – categoria que contempla grandes bancos, como Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal, no sistema financeiro do país.

Os títulos, além disso, devem ter remuneração atrelada ao DI, mais o spread bancário, bem como apresentar um prazo de vencimento igual ou superior a 30 dias corridos.

Caso algum ativo deixe de atender a esse critério ao longo do tempo, ele será excluído da carteira.

Já a ponderação – a fatia que um título detém da carteira teórica – será medida por valor de estoque, um critério que considera a quantidade de papéis depositados na B3. (Folhapress)

## Inflação oficial de janeiro fica em 0,33% e se mantém dentro da meta

Os preços da conta de luz e da gasolina mediram força em janeiro e fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. Em janeiro de 2025, o IPCA tinha sido de 0,16%.

Com o resultado, a inflação oficial – medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – acumula 4,44% em 12 meses, dentro do limite máximo de tolerância da meta do governo.

A gasolina exerceu a maior pressão de alta, respondendo por 0,10 ponto percentual (p.p.) do índice, enquanto a conta de luz mais barata representou -0,11 p.p.

Os dados foram divulgados na terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

### A meta

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%. Desde novembro passado, o IPCA está dentro do limite de tolerância.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcance do fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Instituições financeiras ouviram pelo Boletim FOCUS, do Banco Central, estimam que o IPCA deve terminar o ano em 3,97%.

### O índice

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. Ao todo, são coletados preços de 377 subitens (produtos e serviços).

### Influências

Dos nove grupos de produtos e serviços, dois apresentaram recuo no mês.

### Combustíveis

O grupo transportes foi o de maior impacto, influenciado pelos combustíveis, que subiram 2,14% no mês em média. A ga-



solina individualmente foi o preço que mais pressionou para cima a inflação, com alta de 2,06%.

A explicação está no aumento do reajuste do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que passou a valer na virada do ano. O tributo é estadual, mas foi reajustado em todo o país.

O IBGE também apurou elevação no etanol (3,44%), óleo diesel (0,52%) e gás veicular (0,20%). No fim de janeiro, a Petrobras anunciou redução de 5,2% no preço da gasolina.

Para o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, "é preciso aguardar para ver como esse impacto chegará ao consumidor".

Ainda no grupo transportes, o ônibus urbano subiu 5,14% em média. Os pesquisadores calcularam reajustes de tarifas em seis capitais: Fortaleza (20%), São Paulo (6%), Rio de Janeiro (6,38%), Salvador (5,36%), Belo Horizonte (8,70%) e Vitória (4,16%). O IPCA é um índice nacional, mas comportamentos de preço locais exercem influências na média do país.

No sentido contrário, transportes por aplicativo (-17,23%) e passagem aérea (-8,9%) tiveram queda de preços.

### Alívio na conta de luz

No grupo habitação, a energia elétrica residencial ficou 2,73% mais barata, representando o impacto de -0,11 ponto percentual (p.p.), ou seja, foi o que mais puxou o IPCA para baixo. A explicação para a conta de

luz mais barata está na bandeira tarifária. Enquanto em dezembro era a amarela, em janeiro vigorou a verde, que não impõe cobrança adicional na fatura. Já na amarela, havia adição de R\$ 1,885 a cada 100 quilowatt-hora (Kwh) consumidos.

### Alimentos

O grupo alimentação, maior peso na cesta de consumo das famílias brasileiras, representando pouco mais de um quinto (21,42%) do orçamento familiar, subiu 0,23% em janeiro. Foi o menor resultado desde 2006 (0,11% na época). Em dezembro de 2025, o grupo tinha subido 0,27%, ou seja, os números apontam que houve desaceleração.

A alimentação no domicílio ficou em 0,10%. Puxaram os preços para baixo: leite longa vida (-5,59%) - ovo de galinha (-4,48%) Gonçalves explicou que a redução do leite é causada pelo aumento de produção e estoques, que incluem também leite importado.

No lado das altas, eis os destaques

- tomate (20,52%)

- carnes (0,84%), principalmente o contrátil (1,86%) e a alcatra (1,61%)

De acordo com o gerente da pesquisa fatores como condições climáticas e a trajetória de queda do dólar, que torna commodities mais em conta (produtos primários negociados em grande quantidade no mercado internacional) contribuíram para o controle dos

preços dos alimentos.

A alimentação fora do domicílio ficou em 0,55%, tendo a refeição subido 0,66% em janeiro, e o lanche, 0,27%.

### Espalhamento

O índice de difusão, que mostra o quanto a inflação está espalhada, foi de 64%. Em dezembro havia atingido 60%. O IBGE colhe o preço de 377 produtos e serviços, os chamados subitens.

O IBGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia, e o de preços monitorados, que costumam ser controlados por contratos, e os combustíveis.

O grupo de serviços ficou em 0,10% em janeiro, a menor desde junho de 2024 (-0,04% na época). Em 12 meses, acumula 5,29%.

"Pode ser pressões de demanda e fatores de custo", analisa Gonçalves, citando período de férias e aumento de salário-mínimo como fatores que podem ter pressionado a demanda em janeiro.

Os preços monitorados subiram 0,53%, chegando a 7,48% em 12 meses, o maior desde fevereiro de 2024 (8,6%). Os principais impactos foram gasolina, ônibus e taxas de esgoto.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre – além de Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luis e Aracaju. (Agência Brasil)



# Que a economia brasileira não se quebre mais

## Pedido de vista adia votação de relatório sobre acordo Mercosul - União Europeia

Pedido de vista feito pelo deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) interrompeu análise do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia pelo Congresso Nacional na terça-feira (10).

Com o pedido, a reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) foi suspensa e deve ser retomada no dia 24 de fevereiro, para votação do relatório lido pelo presidente do colegiado, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

No relatório, Chinaglia destacou que o acordo cria uma ampla área de livre comércio entre os blocos, com redução

gradual de tarifas e preservação de setores considerados sensíveis, além de prever salvaguardas e mecanismos de solução de controvérsias.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e vice-presidente da Representação, senador Nelsoni Trad (PSD-MS), destacou os impactos econômicos do acordo e o caminho da proposta no Congresso.

Segundo ele, a expectativa é concluir a votação do relatório logo após o retorno do carnaval e, em seguida, enviar o texto ao Plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado, (Agência Brasil)

Em 2025, sete estados do país viviam a produção industrial crescem em ritmo superior ao da média nacional, com destaque para o Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Enquanto a indústria brasileira avançou 0,6% em 2025 na comparação com 2024, o Espírito Santo saltou mais de 10%, e o Rio, mais de 5%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal Regional, divulgada na terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para medir o desempenho da indústria nacional anualmente, o IBGE apura informações em 18 localidades. Fazem parte da pesquisa 17 unidades da federação (UF) que têm participação de, no mínimo, 0,5% no total da industrial nacional, e o Nordeste como um todo.

Vive onde houve crescimento anual acima da média do país (0,6%) em 2025:

- Espírito Santo: 11,6%
- Rio de Janeiro: 5,1%
- Santa Catarina: 3,2%
- Rio Grande do Sul: 2,4%
- Goias: 2,4%
- Minas Gerais: 1,3%

Pará: 0,8%

MotORES

Por causa do peso de 11,38% do total da economia nacional, o Rio de Janeiro exerceu maior influência positiva na média nacional, logo à frente do Espírito Santo.

O analista da pesquisa, Bernardo Almeida, aponta que Rio de Janeiro foi impulsionado pelo setor extrativo, com aumento na extração de petróleo e gás natural. O vizinho Espírito Santo, pelo crescimento na extração de petróleo, minério de ferro e gás natural.

"Santa Catarina aparece como terceira maior influência, puxada principalmente pelos setores de alimentos e por máquinas, aparelhos, e materiais elétricos", pontua. Em relação aos alimentos, ele cita carnes e miúdos e aves congeladas, preparações e conservas de peixe, e embutidos de carnes de suínos.

Três estados viram a indústria crescer no ano passado, mas abaixo da média nacional:

- Bahia: 0,3%
- Paraná: 0,3%
- Amazonas: 0,1%

Em oito localidades pesquisadas, a produção industrial recuou, com destaque negativo para o Rio Grande do Sul.

- Ceará: -0,6%
- Região Nordeste: -0,8%
- São Paulo: -2,2%
- Pernambuco: -3,8%
- Maranhão: -5,1%
- Mato Grosso: -5,8%
- Rio Grande do Norte: -11,6%
- Mato Grosso do Sul: -12,9%

Explicações

Como São Paulo tem o maior peso de toda indústria brasileira — responde por um terço de tudo que é produzido nas fábricas do país — a queda no desempenho em 2025 (-2,2%) exerceu a maior pressão negativa em 2025.

De acordo com Bernardo Almeida, entre os setores que mais contribuíram para esse desempenho negativo paulista estão o de derivados do petróleo, com quedas na produção de álcool etílico, óleo diesel, gasolina automotiva, asfalto de petróleo e naftas.

O pesquisador acrescenta ainda o setor farmacêutico, com redução na fabricação de medicamentos.

## Portos brasileiros movimentaram 1,4 bilhões de toneladas em 2025

A movimentação de cargas nos terminais portuários brasileiros atingiu 1,4 bilhão de toneladas (b/t) em 2025. O resultado representa um aumento de 6,1% em comparação à 1,32 b/t registradas em 2024.

O resultado, um novo recorde de movimentação, foi divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na terça-feira (10), em Brasília.

No mesmo período, a movimentação de cargas em contêineres aumentou 7,2%, atingindo 164,6 milhões de toneladas. Já as cargas gerais soltas, em 2025, totalizaram 65,8 milhões/t, o que representou um aumento de 0,8% em comparação a 2024.

A movimentação de grãos sólidos variaram 6,3%, atingindo 839,7 milhões/t em cargas, enquanto os grãos líquidos chegaram a 333 milhões de toneladas (6,1%).

No geral, o minério de ferro (30%), óleo bruto (16%) e contêineres (12%) representam mais de 50% de toda a carga movimentada. A China se manteve como principal destino do minério de ferro, consumindo 72% de todo o produto exportado.

Para o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, "é dia de comemorar mais um recorde de movimentação do setor aquaviário".

"Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma trajetória de crescimento do setor, que reflete a maturidade institucional do país e da atuação da Antaq", disse Dias, destacando o "aumento substancial dos investimentos privados" no setor nos últimos anos.

Em 2020, a iniciativa privada investiu cerca de R\$ 129,3 bilhões em infraestrutura portuária. No ano passado, esse valor chegou a R\$ 234,9 bilhões. No setor público, em comparação, o total de investimentos aumentou bem menos, passando de R\$ 36,4 bilhões, para R\$ 45,1 bilhões, quase a metade dos R\$ 88,7 bilhões, de 2010. Somados os dois setores, o investimento saltou de R\$ 165,7 bilhões para R\$ 280 bilhões, em apenas cinco anos.

"Hoje, o país investe mais em infraestrutura do que em toda a sua história. E o fato do setor privado ter quase dobrado a parcela investida, mostra o quanto o Poder Público está maduro para fazer parcerias com o setor privado", avaliou Dias.

"O aumento da produtividade e da eficiência têm limites. Por isso. É necessário aumentar e fortalecer a capacidade e a disponibilidade da infraestrutura brasileira", defendeu o diretor-geral da Antaq, revelando que a atuação que projeta um considerável aumento da demanda por cargas containerizadas pelos próximos quatro anos.

Estudos da autoridade indicam que a movimentação portuária alcançará 1,44 b/t este ano, em crescimento de 2,7% em relação a 2025, e 1,59 b/t em 2030.

"É fundamental que o Estado crie as condições e possa responder a este grande desafio. Os portos não podem ser o gargalo do crescimento do país. Não basta focarmos na porteira para exportar. Precisamos melhorar os acessos e já estamos avaliando o que precisa ser feito", enfatizou Dias (Agência Brasil)

## ATAS / BALANÇOS / EDITAIS LEILÕES

### RUMO MALHA CENTRAL S.A.

CNPJ/MF nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936 - Companhia Aberta - Categoria "B"

**Ato Realizado do Conselho de Administração Realizado em 02 de Fevereiro de 2026**

Constatada a regularidade e validade das atas, o Conselho de Administração deliberou e decidiu: (1) manter a atual situação convencional, imutável e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (2) encerrar o exercício da administração iniciada em 02 de fevereiro de 2026, com a realização de uma Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (3) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (4) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (5) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (6) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (7) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (8) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (9) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (10) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (11) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (12) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (13) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (14) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (15) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (16) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (17) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (18) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (19) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (20) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (21) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (22) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (23) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (24) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (25) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (26) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (27) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (28) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (29) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (30) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (31) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (32) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (33) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (34) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (35) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (36) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (37) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (38) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (39) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (40) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (41) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (42) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (43) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (44) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (45) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (46) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (47) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (48) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (49) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (50) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (51) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (52) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (53) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (54) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (55) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (56) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (57) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (58) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (59) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (60) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (61) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (62) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (63) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (64) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (65) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (66) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (67) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (68) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (69) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (70) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (71) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (72) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (73) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (74) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (75) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (76) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (77) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (78) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (79) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (80) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (81) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (82) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (83) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (84) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (85) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (86) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (87) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (88) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (89) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (90) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (91) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (92) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (93) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (94) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (95) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (96) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (97) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (98) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (99) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (100) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (101) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (102) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (103) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (104) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (105) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (106) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (107) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (108) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (109) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (110) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (111) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (112) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (113) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (114) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (115) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (116) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (117) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (118) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (119) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (120) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (121) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (122) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (123) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (124) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (125) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (126) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (127) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (128) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (129) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (130) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (131) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (132) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (133) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (134) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (135) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (136) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (137) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (138) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (139) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (140) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (141) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (142) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (143) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (144) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (145) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (146) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (147) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (148) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (149) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (150) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (151) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (152) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (153) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (154) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (155) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (156) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (157) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (158) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (159) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (160) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (161) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (162) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (163) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (164) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (165) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (166) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (167) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (168) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (169) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (170) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (171) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (172) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (173) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (174) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (175) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (176) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (177) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (178) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (179) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (180) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (181) aprovar a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 12 de março de 2026, às 14h, no local a ser determinado em convocatória; (182) aprovar







# Faculdades de medicina têm até sexta para aderir ao Bolsa Permanência

## Câmara aprova tramitação em urgência para projeto que quebra de patente do Mounjaro

A Câmara aprovou o requerimento de urgência do PL (projeto de lei) que declara os medicamentos Mounjaro e Zepbound como de "interesse público", o que permite a quebra de suas patentes para a produção nacional.

O projeto foi aprovado por 337 votos favoráveis e 19 votos contrários. Apenas o Novo orientou a bancada contra o projeto. Para a deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), o texto representa uma "violação direta ao direito de propriedade in-

telectual". A oposição liberou seus deputados a votarem como quisessem.

O projeto é de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que considera a medida "uma grande ferramenta de saúde pública". O líder do PDT disse à Folha de S. Paulo que o PL "resolve problemas de uma gama de comorbidades relativas à obesidade".

Os dois remédios têm como princípio ativo a tirazepatida e têm sido utilizados para emagrecimento. (Folhapress)

## Governo Federal reajusta repasse da merenda escolar em 14,3% para 2026

O Ministério da Educação (MEC) autorizou um novo reajuste no valor do repasse para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em todo o país. O aumento anunciado é de 14,35% para este ano, com o objetivo de recompor o poder de compra de estados e municípios diante da inflação de alimentos.

Com a atualização, o investimento total no programa chega a R\$ 6,7 bilhões em 2026. Segundo o governo federal, o montante representa aumento de 55% no orçamento da merenda desde 2023 e um salto de 80% em relação ao que era investido há quatro anos.

O ministro da Educação, Camilo Santana, destacou que o reajuste será aplicado na primeira parcela do cronograma de pagamentos.

"Estamos saindo de um orçamento de 2022 de R\$ 3,6 bilhões em 2022 para o programa, para esse ano com orçamento de R\$ 6,7

bilhões", destacou o ministro.

### Incentivo à agricultura familiar

Além do aporte financeiro, o governo oficializou o aumento da cota mínima para compras da agricultura familiar. Por lei, estados e municípios agora devem destinar obrigatoriamente 45% dos recursos do Pnae para a aquisição de produtos de pequenos produtores e cooperativas locais. Anteriormente, o percentual mínimo era de 30%.

A estimativa do MEC é que aproximadamente R\$ 3 bilhões sejam injetados diretamente na economia rural por meio dessa medida.

O Pnae atende alunos de toda a educação básica — da educação infantil ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos (EJA) — matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias convênias com o poder público. (Agência Brasil)

## Finep pelo Brasil percorre 100 cidades em apoio à pesquisa e inovação

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de inovação vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) lançaram na terça-feira (10) o Finep pelo Brasil, série de encontros que percorrerá 100 capitais e cidades do interior em todas as regiões do país, até o dia 10 de abril.

O lançamento do programa, na Casa Firjan, no Rio de Janeiro, marca o início de encontros presenciais voltados à divulgação das linhas de crédito, subvenção econômica e demais instrumentos de apoio da financiadora para empresas, cooperativas e instituições científicas e tecnológicas para reduzir as desigualdades regionais.

A Finep apresentou os 13 editais de chamadas públicas que somam R\$ 3,3 bilhões em recursos não reembolsáveis destinados a projetos alinhados à Nova Indústria Brasileira (NIB).

São recursos que não precisarão ser devolvidos às instituições concedentes, disponíveis para empresas de todos os portes.

"O objetivo é promover a reindustrialização nacional com foco em sustentabilidade, autonomia tecnológica e diminuição da dependência externa, com geração de empregos e renda para o país", explica a agência.

Os setores estratégicos contemplados incluem cadeias agroindustriais, saúde, infraestrutura, transformação digital, transição energética e defesa nacional. Os itens financeiros são gastos de pessoal, serviços de consultoria, equipamentos e material de consumo, dentre outros.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, disse que o grande de-

safio é o crédito para a indústria, ainda concentrado muitas vezes no estado de São Paulo.

"Esse programa tem o objetivo de estimular principalmente as empresas de base tecnológica a buscar recursos para a inovação. A ciência tem que sair do papel. Não conseguimos ser a nação autônoma que desejamos sem ciência e tecnologia. Não podemos ser o país eterno das commodities."

Segundo o presidente da Finep, Luiz Antônio Elias, a capacidade de integrar competências e responder às demandas reais do mercado é fundamental para transformar conhecimento em inovação e competitividade.

"Quando setor público e setor produtivo se associam e atuam de forma coordenada, a inovação deixa de ser exceção e passa a ser uma estratégia. Não há nação verdadeiramente independente que não priorize conhecimento. Estados Unidos e China assim respondem cada vez mais a processos robustos de investimento em pesquisa e desenvolvimento."

Parceiro estratégica da iniciativa, o sistema Firjan Senai Sesi tem o objetivo de transformar instrumentos de fomento em projetos concretos de desenvolvimento tecnológico, competitividade industrial e crescimento econômico.

Para o presidente da Firjan, Luiz Cívico Caetano, o anúncio de subvenção econômica e linhas de fomento em condições especiais são relevantes, porque enfrentam um dos principais gargalos da indústria brasileira: o baixo investimento em inovação.

"Hoje, o Brasil investe apenas 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, bem abaixo de países como Coreia do Sul, Japão, Alemanha e Estados Unidos." (Agência Brasil)

As instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas que oferecem cursos de graduação em medicina pelo Programa Mais Médicos têm até as 23 horas e 59 minutos de sexta-feira (13), no horário de Brasília, para aderir ao Programa Bolsa Permanência (PBP-PMM), do Ministério da Educação (MEC).

A adesão da instituição deve ser formalizada pelo representante legal da instituição (reitor) ou da mantenedora, diretamente no Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP). É preciso ter conta na plataforma Gov.br.

O programa busca reduzir desigualdades sociais ao contribuir para a permanência e a diplomação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação presenciais e participantes do Mais Médicos.

O auxílio financeiro é de R\$ 700 por mês para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir condições materiais para a conclusão do curso e diminuir a evasão escolar.

Para este ano, o MEC oferece



Foto/Fernando Frazão/ABr

1,5 mil novas bolsas do Programa Bolsa Permanência do Programa Mais Médicos. Para custeá-las, a pasta fará um investimento anual de R\$ 12,6 milhões.

No total, 25% das bolsas são destinadas a estudantes de universidades federais e 75% para bolsistas integrais das instituições de ensino privadas.

Pelo critério de distribuição, do total de vagas ofertadas, 1.125 são para bolsistas de 59 instituições privadas de ensino superior. Para as universidades públicas federais estão disponíveis 375 vagas, distribuídas em 37

campi de 32 instituições de ensino superior públicas.

Cada instituição de ensino terá garantido o mínimo de três bolsas permanência.

O MEC esclarece que a distribuição das bolsas priorizará municípios com maiores índices de vulnerabilidade, com adoção de critérios diferenciados de pontuação e acréscimo de vagas para instituições de ensino superior localizadas na Amazônia Legal e em faixas de fronteira.

### Seleção de estudantes

Os candidatos à Bolsa Per-

## Denúncias de crimes cibernéticos crescem 28% em 2025, mostra SaferNet

As denúncias de crimes cibernéticos voltaram a crescer em todo o país no ano passado. A Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da organização não governamental SaferNet, recebeu 87.689 novas queixas (não repetidas ou únicas) desse tipo de crime, um crescimento de 28,4% em relação a 2024, com 19.403 denúncias a mais.

A maior parte das denúncias registradas na SaferNet em 2025 estava relacionada a imagens de abuso e de exploração sexual infantil, com um total de 63.214 notificações. Essa é a segunda maior marca de denúncias envolvendo esse tipo de crime na história da SaferNet, superada apenas em 2023, quando foram contabilizadas 71.867 notificações. Para a organização, o uso de Inteligência Artificial tem contribuído para esse aumento de casos.

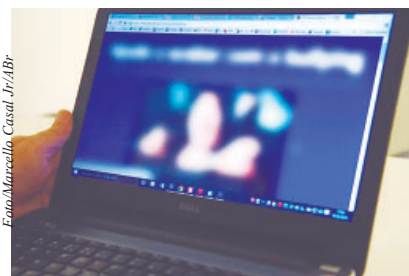
As denúncias de misoginia, de violência ou discriminação contra mulheres apareceram em segundo lugar no ranking, com 8.728 casos, seguida por denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida, com 4.752 denúncias, e de racismo, com

3.220 casos. As denúncias de misoginia foram as que apresentaram o maior crescimento no período, passando de 2.686 para 8.728 casos, aumento de 224,9% no período.

Entre as denúncias recebidas pela central, apenas as relacionadas ao crime de xenofobia apresentaram queda em relação a 2024, passando de 3.449 para 755 casos no ano passado. Já as de tráfico de pessoas se mantiveram em um patamar estável, com 442 casos. Por outro lado, também cresceram as denúncias de intolerância religiosa, LGBTQI+, neofascismo e de maus tratos com animais.

### Helpline

Outro dado divulgado pela SaferNet na terça-feira (10) foi que o Helpline, canal de ajuda gratuito da SaferNet, registrou aumento de 39% entre os anos de 2024 e 2025, com um total de 2.254 atendimentos. A maior parte desses atendimentos estava relacionada à exposição de imagens íntimas, com 576 casos, seguida pelos casos de saúde mental (332), problemas com dados pessoais (228), fraudes, golpes



Foto/Marcello Casal Jr/ABr

ou e-mails falsos (212) e relacionados a imagens de abuso e exploração sexual (209).

Os dados estão sendo apresentados pela SaferNet como parte das celebrações do Dia da Internet Segura. Organizado pela SaferNet Brasil, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e o Comitê Gestão da Internet no Brasil (CGI.br), o evento ocorre nesta quarta-feira, (11) na capital paulista. A programação está disponível no site do Dia da Internet Segura.

Denúncias sobre crimes cibernéticos envolvendo, por exemplo, casos de abuso e exploração sexual infantil e crimes de ódio na internet podem ser feitas por meio da Central Nacional de Denúncias da SaferNet Brasil. Para fazer a denúncia, basta copiar e colar no formulário o link da página, grupo, comunidade, canal ou qualquer outro conteúdo suspeito de ser criminoso. A SaferNet informa que a central permite o total anonimato dos denunci-

antes. (Agência Brasil)

## Alelo obtém liminar contra nova regra do vale-alimentação

A empresa de fornecimento de benefícios Alelo obteve na Justiça Federal uma liminar (decisão provisória) contra uma das regras estabelecidas para o vale-alimentação e o vale-refeição. A maior parte das novas normas para o setor entraram em vigor na terça-feira (10).

Com isso, a Alelo se junta à VR Benefícios, Ticket e Pluxee (antiga Sodexo), que também obtiveram liminares isentando-as de cumprir alguma das regras estabelecidas pelo Decreto 12.712, assinado em novembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que modificou as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Em decisão assinada nesta terça-feira (10), a juíza Marilaine Almeida Santos, da 4ª Vara Federal de Baurer (SP), deferiu parcialmente o pedido da Alelo e suspendeu a obrigação de a empresa adotar o serviço de pagamentos no modelo aberto, que permi-

te a utilização de múltiplas bandeiras de cartões de benefício em uma mesma maquininha, como já ocorre com os cartões de crédito, por exemplo.

A magistrada proibiu a administração pública de punir a empresa por não adotar o modelo, que está previsto para entrar em vigor daqui a 90 dias.

"A decisão é válida até que a Justiça dê uma última palavra a respeito da legalidade e da constitucionalidade do modelo aberto em relação ao PAT."

"A modificação do arranjo importará à autora a adoção de complexas medidas de adaptação operacional, tecnológica, contratual e financeira, e de potencial impacto relevante e de difícil reversão sobre sua atividade econômica e sobre sua posição concorrencial no mercado", escreveu a juíza.

Para a magistrada, existe a possibilidade de que o decreto tenha ido além dos limites legais

"quando impôs o arranjo obrigatoriamente aberto apenas às facilitadoras que atendem a mais de quinhentos mil trabalhadores, o que não encontra fundamento jurídico de validade na lei regulamentar, fazendo com que se configure a probabilidade do direito".

A juíza manteve, contudo, diversas outras obrigações previstas no decreto e que entraram em vigor nesta terça, como o teto de 3,6% para a taxa cobrada pelas empresas de benefícios e o limite de 15 dias para que as mesmas repassem para os estabelecimentos os valores gastos pelos trabalhadores.

Alelo disse que não comentaria a decisão, da qual ainda cabe recurso por parte da Advocacia-Geral da União (AGU).

No processo, a União alegou, entre outros argumentos, que as regras anteriores levariam à consolidação de um "oligopólio com poucas empresas" no país, no qual as quatro maiores operado-

ras - Alelo, VR Benefícios, Ticket e Pluxee (antiga Sodexo) - dominam 80% do faturamento, controlando uma rede fechada de estabelecimentos.

Nenhuma das liminares concedidas suspendem a vigência do decreto sobre o PAT como um todo. Os efeitos das decisões também são restritos a cada empresa. Dessa maneira, a norma segue em pleno vigor e deve ser cumprida pelas demais empresas que atuem no programa.

A obrigatoriedade de observância das novas regras, como o teto de taxas e os prazos de liquidação, é imediata para todo o mercado, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Criado em 1976, o PAT é a política pública mais antiga do MTE e vai completar 50 anos em 2026. O programa conta com 327 mil empresas cadastradas e alcança 22,1 milhões de trabalhadores em todo o país. (Agência Brasil)

## STM dá dez dias para Bolsonaro entregar defesa contra perda de patente

O ministro Carlos Vuyk de Aquino, do Superior Tribunal Militar (STM), concedeu na terça-feira (10) prazo de dez dias para que os advogados de Jair Bolsonaro apresentem defesa no processo que pede a expulsão do ex-presidente do Exército, em função da condenação na ação penal da trama golpista.

A apresentação da defesa é o primeiro passo no andamento processual da ação na qual o Ministério Público Militar (MPM)

pediu, no dia 3 de fevereiro deste ano, a perda da patente de Bolsonaro, que é capitão da reserva.

Após receber a manifestação de defesa do ex-presidente, o processo voltará para o gabinete do ministro. Não há prazo para julgamento do caso.

Se a perda da patente for decretada pelo STM, o salário que Bolsonaro recebe será repassado para a esposa ou filhas em forma de pensão.

O benefício é conhecido como "morte ficta" e está previs-

to na legislação das Forças Armadas desde 1960.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por condenação criminal.

O ex-presidente foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e três meses de prisão por ter liderado uma trama para semear o poder mesmo depois de ter sido derrotado nas eleições de 2022.

Bolsonaro cumpre pena na Papudinha, como é conhecida a Sala de Estado Maior do 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Além de Bolsonaro, o MPM também pediu a perda da patente dos generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier, que também foram condenados pelo Supremo. (Agência Brasil)